A ESPADA DE DIKÉ, A EFETIVIDADE DO DIREITO E O CADASTRO NACIONAL DE DEVEDORES DO PODER JUDICIÁRIO**THE SWORD OF DIKE, THE EFFECTIVENESS OF THE LAW AND THE NATIONAL REGISTER OF DEBTORS OF JUDICIARY**Marco Cesar de Carvalho¹**RESUMO**

Este artigo procura demonstrar que, ao mesmo tempo em que a Justiça deve ser feita e alcançada por todos os operadores do Direito, mais importante ainda é que a decisão judicial seja efetivamente cumprida, para a plena satisfação daquele que buscou no Poder Judiciário a pacificação e a solução do seu conflito. Para isto, a efetividade poderia ser atingida se fosse criado o Cadastro Nacional de Devedores Judiciais (CNDJ), baseado no Superior Tribunal de Justiça, onde a parte em processo judicial que não cumprisse um acordo homologado judicialmente ou a determinação de uma sentença, ficaria lá registrada até seu cumprimento ou até que atingisse o prazo prescricional respectivo. À semelhança desta proposta, na Justiça do Trabalho já há o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), centralizado no Tribunal Superior do Trabalho. Ao final, este artigo procurará demonstrar que, após diversas alterações no Código de Processo Civil, sempre buscando alcançar a efetividade da decisão judicial, tal solução melhor se adequa para a efetividade do direito.

Palavras-chave: Poder judiciário. Efetividade das decisões. Cadastro de devedores judiciais.

ABSTRACT

This article shows that, while the Justice must be done and achieved by all operators of the law, even more important is that the judgment is effectively enforced, to the full satisfaction of one who sought the Judiciary and the pacification the solution of their conflict. For this, the effectiveness could be achieved if it were created the National

¹ Mestrando em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino - ITE, campus de Bauru-SP. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela FAAP, campus Ribeirão Preto-SP. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis - FACEAC - de São Sebastião do Paraíso-MG (2006) e em Direito pela Faculdade de Direito de Franca-SP (2001). Atualmente é professor nos cursos de Direito do Trabalho, Previdenciário, Processual Civil e Prática Processual Civil na Libertas Faculdades Integradas de São Sebastião do Paraíso-MG. Tem experiência na área de Direito, sendo Advogado militante e com ênfase em Direito Empresarial, Civil, Imobiliário, do Trabalho, Tributário e Previdenciário.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Register of Debtors of Judiciary (NRDJ), based in Superior Court, where the party in a lawsuit that did not fulfill an agreement judicially approved, or the determination of a sentence, there would be recorded until compliance or until it reached its statute of limitations. As this proposal, the Labor Court's already the National Bank of Debtors Labor (NBDL), centered on the Superior Labor Court. In the end, this article will try to demonstrate that, after several changes in the Code of Civil Procedure, always seeking to achieve effective judicial decision, such suits best solution for the effectiveness of law.

Keywords: Judiciary. Effectiveness of decisions. Judicial register of debtors.

1 INTRODUÇÃO

Com a Reforma do Poder Judiciário, promovida através da Emenda Constitucional n. 45, de 8/12/2004, acrescentou-se o inciso LXXVIII ao artigo 5º da Constituição Federal (CF/88), garantindo a todos os cidadãos, no âmbito judicial e administrativo, a duração razoável do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Porém, muito mais importante que um processo rápido, contanto que seja seguro as partes, é que se atinja o fim buscado com este processo, ou seja, a efetividade do direito violado, através de um acordo de vontades ou de uma sentença judicial, proferida pelo Poder Judiciário. Porém, que tal acordo ou sentença sejam, efetivamente, cumpridos para a plena satisfação do jurisdicionado, para a pacificação social e a solução definitiva do seu conflito.

Não se questiona que as diversas alterações no Código de Processo Civil sempre objetivarão uma melhor e mais célere prestação jurisdicional, e em alguns casos, dar maior efetividade às decisões judiciais. E, num Estado Democrático de Direito, não se pode crer que não seja dado eficácia e eficiência a uma decisão judicial, mais ainda que esta não seja efetivada, num sentido de busca de resultados, traduzindo o vínculo de eficácia entre a norma violada e os efeitos que dela se esperam.

No âmbito do Poder Judiciário trabalhista, a efetividade foi melhor alcançada com a criação do Cadastro Nacional de Devedores Judiciais (CNDJ), em 2011, baseado no Superior Tribunal de Justiça, que inclusive alterou a Lei de Licitações para exigir tal certidão dentre os documentos que habilitam um proponente.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

Destarte, este artigo tem como objetivo genérico abordar o acesso à justiça com vistas à efetividade do direito, e, como objetivo específico, a análise das medidas aplicadas no âmbito do Poder Judiciário para a efetividade de cumprimento de acordos e decisões judiciais, o que será abordado a seguir.

2 DESENVOLVIMENTO

Se dentre as medidas implementadas pela Emenda Constitucional n. 45, de 8/12/2004, uma foi a de instituir uma garantia constitucional ao cidadão de que seu processo teria uma duração razoável com meios céleres para sua tramitação, as diversas alterações legislativas² implementadas no Código de Processo Civil (CPC) também objetivaram igual desiderato, ou seja, uma melhor e mais célere prestação jurisdicional, e em alguns casos, dar maior efetividade às decisões judiciais. Com isto houve a criação de determinados mecanismos para que houvesse efetividade no processo, como por exemplo, a criação do *bacenjud* (art. 655-A, CPC), do *renajud*, do *infojud*, além de outros meios que o CPC já previa ao Estado-juiz, para tornar efetiva sua decisão judicial. Mas atrelado ao custo/benefício de um processo para as partes, há no brasileiro uma inegável litigiosidade, senão favorecida pelas diversas formas de acesso ao Poder Judiciário, certamente utilizada pelo devedor ciente da morosidade de um processo, tanto que:

A propósito, custa crer que o legislador tenha imaginado que a elevação do tempo do processo à condição de princípio constitucional fosse a panaceia de todos os males da prestação jurisdicional.

Preocupam-se os processualistas em propor alternativas que acelerem o curso da demanda, com o mínimo de custo e o máximo de efetividade.

Recentemente foram diversas as soluções legislativas encontradas. Vieram, entre outros, os juizados especiais, a antecipação dos efeitos da tutela, o

² Leis nºs 11.187, de 19/10/2005 para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento; 11.232, de 22/12/2005, que alterou o CPC para estabelecer o chamado processo sincrético, com a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento, revogando dispositivos relativos à execução fundada em título judicial; 11.276, de 7/2/2006, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões; 11.280, de 16/2/2006, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; 11.382, de 6/12/2006, alterando o processo de execução de títulos extrajudiciais; 11.419, de 19/12/2006, que estabeleceu a informatização do processo judicial; e a 11.448, de 15/1/2007, disciplinando a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

processo digital, a revisão da fase de execução (sincretismo) e as súmulas vinculantes.³

Assim, e com a promulgação da Lei n. 11.232/05, alterando o CPC para estabelecer o chamado *processo sincrético*, inicia-se uma nova fase no Direito Processual Civil brasileiro, com a junção da fase de cognição com a fase executória, permitindo que no mesmo processo, e não mais num outro (de execução), se fizesse cumprir o provimento judicial. A partir daí também foram criados outros mecanismos para dar efetividade à decisão judicial, são exemplos a multa, a favor do credor, de 10% (dez por cento) do montante devido quando o condenado ao pagamento de quantia certa não o efetua no prazo legal (art. 475-J, CPC); a certidão comprobatória do ajuizamento de execução para fins de averbação em registro de bens (art. 615-A, CPC).

Porém, consultando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vê-se que o gargalo de nosso Poder Judiciário está exatamente na execução de seus julgados ou acordos nele celebrados. No Relatório *Justiça em Números* do ano base 2012, constatava-se que há excesso de litigiosidade, são 92,2 milhões de processos em tramitação em toda a Justiça brasileira, ou seja, a cada dois habitantes, um litiga:

O ano de 2012 começou com um estoque de 64 milhões de processos que, somados aos 28,2 milhões ingressados no decorrer do referido ano, fizeram com que o Poder Judiciário alcançasse o patamar de 92,2 milhões de processos em tramitação, o que equivale a um aumento de 4,3% no ano e de 10,6% no quadriênio.

O estoque de processos do Poder Judiciário aumenta gradativamente desde o ano de 2009, quando era de 83,4 milhões de processos, até atingir a tramitação de 92,2 milhões de processos em 2012, sendo que, destes, 28,2 milhões (31%) são casos novos e 64 milhões (69%) estavam pendentes de anos anteriores.⁴

E o grande problema estava exatamente na execução. Nas Justiças Estadual e Federal, as execuções fiscais de título extrajudicial alcançam taxa de congestionamento de 89%, em relação aos processos na fase de conhecimento, essa taxa é de 60%, sendo que 35% do total destes 92 milhões de processos em

³ BACHIEGA, Marcus Vinicius. O que o código de processo civil espera do réu? **Acesso à justiça e concretização de direitos**. Dirceu Pereira Siqueira, Flávio Luis de Oliveira (organizadores). 1 ed., Birigüi-SP: Boreal Editora, 2014. p. 422.

⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2013*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/sumario_exec_jn2013.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

tramitação são de execução fiscal, portanto, a inadimplência, que reflete a falta de efetividade no Direito, é muito grande.

Por sua vez, o Relatório *Justiça em Números* do ano base 2013, ratifica esse excesso de litigiosidade, o número de processos em trâmite na Justiça brasileira chegou a 95,14 milhões em 2013. Destes, 66,8 milhões já estavam pendentes no início de 2013 e 28,3 milhões representam casos novos que ingressaram ao longo do ano, sendo que a taxa de congestionamento passou de 70% para 70,9%, ou seja, de cada 100 processos que tramitaram na Justiça em 2013 apenas 29, aproximadamente, foram baixados no período:

Segundo o relatório, a alta taxa de congestionamento é causada em grande parte pela quantidade de processos pendentes na fase de execução da primeira instância. Nessa fase, a taxa de congestionamento chega a 86%, enquanto, na fase de conhecimento (inicial do processo, antes da decisão), o percentual é de 60%. [...]

O maior quantitativo de casos pendentes de baixa de anos anteriores e o crescimento na taxa de congestionamento em 2013 estão diretamente relacionados aos processos de execução de título extrajudicial fiscal, que representam 41,4% de todos os processos pendentes. Entre esses processos, a taxa de congestionamento é de 91%, ou seja, de cada 100, apenas nove foram baixados no período de um ano. Caso todos os processos de execução fiscal fossem retirados do Poder Judiciário, a taxa de congestionamento da Justiça teria uma redução de 10 pontos percentuais, chegando a 61%.⁵

Em parte, mas somente na Justiça do Trabalho, a efetividade na entrega da prestação jurisdicional foi atingida a partir da promulgação da Lei n. 12.440, de 7/7/2011 (DOU 8/7/2011) que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e, alterando a Lei de Licitações, n. 8.666, de 21/6/1993, passou a exigir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), como prova de regularidade trabalhista do licitante. Referida lei foi regulamentada pela Resolução Administrativa TST nº 1.470⁶, de 24/08/2011, que de forma simples, criou o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), centralizado no Tribunal Superior do Trabalho, para a identificação das pessoas naturais e jurídicas, de direito público e privado, inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações decorrentes de

⁵ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em números 2014*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/relatorio_jn2014.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

⁶ Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=e6c9faeb-8d71-4977-bef2-9112f4bb575a&groupId=955023>. Acesso em: 23 set. 2014.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

sentença condenatória transitada em julgado ou acordos judiciais trabalhistas.

Por que não fazer o mesmo em todo o Poder Judiciário? Por que também não se cria um Cadastro Nacional de Devedores Judiciais (CNDJ), baseado no Superior Tribunal de Justiça, para se exigir, não somente em licitações, mas em toda forma de contratação, uma certidão negativa de débitos relativos ao inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pelos órgãos do Poder Judiciário ou em acordos judiciais em fase de execução?

Se a partir da Emenda Constitucional n. 45/2004 já houve algum avanço com a estipulação de uma garantia constitucional de que os processos passem a ter uma duração razoável (art. 5º, LXXVIII, CF/88) mas ainda assim:

Apesar de altamente questionado o dito “princípio da razoável duração do processo”, surge como um instrumento para que se exija do Estado, em particular do judiciário, uma postura mais rápida no julgamento dos processos. Busca-se com isso a efetividade da jurisdição, uma vez que se vem entendendo que justiça boa é a justiça rápida. O antigo ditado que fala “A justiça tarda, mas não falha”, não tem tido mais razão, pois uma justiça demorada é uma justiça falha. A justiça sentada tem agora de andar, ou melhor, correr.⁷

No século XIX, Rudolf von Ihering já nos alertava que:

O direito não é um apura teoria, mas uma força viva.
 Por isso a justiça sustenta numa das mãos a balança e que pesa o direito, e na outra a espada de que se serve par ao defender.
 A espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a impotência do direito.⁸

Finalmente, e por que *Diké*? Porque esta é a deusa grega dos julgamentos e da Justiça, vingadora das violações da lei, sustentando com a mão direita uma espada exatamente simbolizando a força do direito e na mão esquerda sustenta uma balança representando a igualdade buscada pelo direito, mas sem que o fiel esteja no meio, equilibrado. O fiel só irá para o meio após a realização da justiça, do

⁷ SALGADO, Gisele Mascarelli. A justiça sentada: a imagem da justiça brasileira na escultura de Ceschiatti. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11716&revista_caderno=15>. Acesso em 23 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em números 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justica-em-numeros/relatorio_jn2014.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

⁸ IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**; tradução João de Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção a obra-prima de cada autor; 47) p. 23.

II CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

ato tido por justo, é representada com os olhos bem abertos metaforizando a sua busca pela verdade, enquanto que a *Iustitia* romana era representada de olhos vendados.⁹

3 CONCLUSÃO

Tal como ocorreu na Justiça do Trabalho, a proposta de criação do Cadastro Nacional de Devedores Judiciais (CNDJ), baseado no Superior Tribunal de Justiça, dá ao Poder Judiciário um instrumento simples e hábil à completa efetivação do direito do jurisdicionado. Além disto, resgata mais que a confiança dos cidadãos na Justiça, resgata a dignidade da pessoa que não consegue obter o efetivo cumprimento de uma decisão judicial, superando a máxima popular do ganhou mas não levou.

Então, que a representação da Justiça, de Ceschiatti, defronte o Supremo Tribunal Federal se levante, não apenas para que os processos tenham uma duração razoável, mas para que também faça cumprir suas decisões, para que o Poder Judiciário cumpra sua função constitucional e para que todos os cidadãos tenham confiança e certeza na efetivação dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- BACHIEGA, Marcus Vinicius. O que o código de processo civil espera do réu? **Acesso à justiça e concretização de direitos**. Dirceu Pereira Siqueira, Flávio Luis de Oliveira (organizadores). 1 ed., Birigüi-SP: Boreal Editora, 2014. pp. 419-439.
- IHERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**; tradução João de Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009. (Coleção a obra-prima de cada autor; 47)
- SALGADO, Gisele Mascarelli. A justiça sentada: a imagem da justiça brasileira na escultura de Ceschiatti. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11716&revista_caderno=15>. Acesso em 23 set. 2014.

⁹ GRIMAL, Pierre; *Justiça*, in **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. 3. ed. Alges Difel. 1999.
AN. CONGR. BRAS. PROC. COL. E CIDAD., n. 2, p. 133-139, out. 2014.